

REDES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Luciano Antonio FURINI¹
Eda Maria GÓES²

Resumo: No período atual as propostas de gestão participativa dos serviços de proteção e desenvolvimento integral da criança, adulto, família e comunidade conferem novos elementos à organização em rede no espaço urbano. O caráter atual das redes sociais nas esferas pública e privada implica padrões desiguais de intervenção que acabam por acirrar a competição por recursos públicos e privados. As representações sociais produzidas no seio das redes sociais poderão nos fornecer elementos relevantes ao abordarmos as particularidades destas no âmbito dos segmentos mais vulneráveis relacionados às crianças e adolescentes. Desse modo, buscamos apreender as especificidades da relação entre redes e representações sociais no contexto brasileiro com ênfase na cidade de Presidente Prudente SP.

Palavras-chaves: redes sociais; representações sociais; infância; assistência social; ideologia.

Introdução

As redes sociais emergem de organizações sociais nas quais os seres humanos se unem para sustentar a vida social, material e afetiva. Estes laços sociais se dão com diferentes intensidades de acordo com o contexto e a estrutura interna da sociedade.

Neste trabalho apresentamos argumentações relativas à organização das redes sociais na cidade de Presidente Prudente – SP, no contexto da gestão municipal dos serviços de atenção à criança e adolescentes. Trata-se de uma série de considerações que precedem o trabalho empírico e buscam problematizar e direcionar a pesquisa.

Essas considerações buscam ainda mostrar que as redes sociais são dinâmicas socioespaciais da mediação e do convívio. Deste modo, o espaço geográfico revela particularidades da ação das redes sociais. É nosso objetivo apreender, tanto a produção do espaço pelas redes, quanto às influências da formação socioespacial nas redes, particularmente no período atual em que o padrão centralizador do estado brasileiro deixou marcas profundas na máquina burocrática, o que influencia a organização das redes sociais.

Após um longo período de centralização, o princípio da descentralização das ações no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, passa a ser a proposta aparentemente mais coerente. A centralidade do município, como local privilegiado da

¹ Doutorando em Geografia. FCT/UNESP/Presidente Prudente.

² Doutora em História. Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT/UNESP/Presidente Prudente

prática da descentralização, parece-nos um avanço, pois, no Brasil estabelece-se a separação governamental em três esferas distintas: federal, estadual e municipal. Além disso, o grau de diferenciação entre os municípios brasileiros implica processos diferenciados na formulação, implantação e estabelecimento de políticas públicas.

No bojo destas transformações as propostas de uma articulação em rede entre setor público, privado e terceiro setor sugerem uma releitura da sociedade. Isso implica gerar um novo conhecimento das cidades e formular indicadores capazes de possibilitar a avaliação da eficácia eficiência e efetividade das gestões.

Ao se buscar formular indicadores adequados, a utilização da teoria das representações sociais pode possibilitar a construção de campos representacionais dos grupos envolvidos. Assim, todo o processo que envolve elaboração, implantação ou manutenção de políticas públicas pode ser acompanhado mais profundamente.

Embora nossa abordagem trate especificamente do segmento infante-juvenil, nossa posição reforça que as ações direcionadas a este segmento da população devem ser articuladas em rede, buscando manter ou restituir os laços das redes sociais espontâneas. Ou seja, concordamos que se deve evitar ao máximo separar programas por gênero e idade, pois isso aumenta os gastos-meios.

Redes sociais no território municipal

Utilizamos o conceito de redes sociais baseados na tipologia apresentada por Blanes *et al* (1995). É uma tipologia que articula cinco escalas de redes.

Rede Social Espontânea: envolve o núcleo familiar ampliado, grupos de vizinhança, clubes e igrejas, entre outros. Onde ocorre a solidariedade do convívio e do afeto.

Redes Sócio-comunitárias: é onde ocorre a solidariedade do compromisso e da responsabilidade compartilhada e materializa-se em creches, abrigos, cooperativas, atividades profissionalizantes, entre outras.

Redes Sociais Movimentalistas: são as que *oxigenam* todas as demais redes nascidas nas comunidades e ou sociedade, culminando em movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Sem Teto, ações populares, entre outros.

Rede Privada: é onde o mercado é o agente principal. Neste sentido, os projetos e atendimentos do mercado estão voltados para os enriquecidos, enquanto os do Estado para os empobrecidos, o que acirra ainda mais as desigualdades sociais.

Redes Setoriais Públicas: abrange as ações do Estado no tocante a obrigações e deveres nas quais, no caso brasileiro, ocorre uma organização burocrática e pouco eficaz. São ações que envolvem educação, saúde, habitação, assistência social, entre outros. Contudo, estão surgindo programas como renda mínima, bolsa escola, médico de família, entre outros, que pretendem transformar as estruturas e representações tradicionais da ação social.

Esta tipologia possibilita-nos diferenciar a antiga concepção de rede, na qual a hierarquia era central numa organização vertical em cadeia, da atual concepção que implica interdependência e complementaridade numa organização horizontal descentralizada.

Assistência social no Brasil

A assistência social como política de proteção pretende configurar uma nova situação para o Brasil. Implica, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), um novo modo de olhar e quantificar a realidade a partir de uma visão social de características: inovadora; de proteção; capaz de captar as diferenças sociais; capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades e capacidades que devem e podem ser desenvolvidas; capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida apresentam.

Na versão oficial deste documento, Brasil/PNAS (2004), encontramos a argumentação que nos parece ir ao encontro da utilização da teoria das representações sociais em trabalhos que busquem participar das metas acima. Tal teoria seria elemento complementar que possibilitaria aprimorar as explicações de cunho qualitativo:

O conhecimento existente sobre as demandas por proteção social é genérico, pode medir e classificar as situações do ponto de vista nacional, mas não explica-las. Este objetivo deverá ser parte do alcance da política nacional em articulação com estudos e pesquisas. (BRASIL, PNAS, 2004, p.14)

Como destacamos anteriormente, a diversidade dos municípios em termos de localização, população, e inserção no mercado, implicam em discrepantes diferenças na presença do Estado. Em muitos municípios de pequena densidade populacional, a presença do Estado é precária. Contudo, tanto os municípios de grande densidade populacional, quanto de média e pequena, apresentam precariedades e vulnerabilidades que conferem risco social para a população de baixa renda. Em alguns pequenos municípios, o estabelecimento de certas infra-estruturas de apoio e gestão torna-se inviável; nesses casos a organização regional pode ser uma opção.

No tocante ao segmento infanto-juvenil, a assistência social oscila também de acordo com as diferenciações entre municípios e conforme as peculiaridades do poder local, envolvendo a figura do prefeito e dos grupos de interesse. Deste modo, os avanços nesta área passam pelo antagonismo entre vetores públicos, privados e terceiro setor e entre centralização e descentralização das ações assistenciais e das políticas públicas.

A proposta encontrada na formulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aponta para a superação desse antagonismo. Essa proposta materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e:

Trata das condições para a extensão e universalização da proteção social aos brasileiros através da política de assistência social e para a organização, responsabilidade e funcionamento de seus serviços e benefícios nas três instâncias de gestão governamental. (Sposati apud BRASIL, PNAS, 2004, p. 41)

Percebe-se que na proposta do SUAS, o território e o tempo são valorizados ao se organizar os serviços de atendimento. Algumas considerações retiradas da obra de Milton Santos são incorporadas na proposta, o que demonstra maior aproximação entre os setores do serviço social e uma vertente importante da atual perspectiva da abordagem geográfica. Desse modo, o avanço em se considerar a dinâmica do espaço geográfico como fator variável relevante é notável. Porém, a proposta de uma articulação em rede deve considerar a existência de um sistema amplo, do qual faria parte o setor da assistência social juntamente com os setores da saúde, educação, segurança, entre outros. Articular a assistência social internamente seria o primeiro passo, e articula-la com outros setores das políticas sociais deveria ser meta concomitante. O que é rede em certa escala passa a ser um nó em outra rede mais ampla, na qual as interconexões não são lineares.

A ação assistencial como moeda política

O modelo centralizado de gestão dos recursos destinados à assistência social dá maior margem à barganha política. Os grupos de interesse que não possuem força política para reivindicar recursos para seus programas sociais acabam tendo suas participações reduzidas, o que confere maior poder aos governantes e perpetua o círculo vicioso da política do favor.

Na proposta do SUAS “cabe ao poder público conferir unidade aos esforços sociais a fim de compor uma rede socioassistencial, rompendo com a prática das ajudas parciais e fragmentadas, caminhando para direitos a serem assegurados de forma integral, com padrões de qualidade passíveis de avaliação” (BRASIL, PNAS, 2004, p.52). Certamente aparenta um avanço, contudo, deve-se estar atento a possível capacidade de renovação das antigas formas de reversão dos atendimentos públicos em benefícios privados.

Neste contexto, as desigualdades sociais tornam-se matéria-prima deste tipo de política, pautada na lógica da exclusão social, mesmo que de maneira velada, para especulação imobiliária ou manutenção da exploração e segregação das pessoas empobrecidas por meio de concepções ideológicas e representações estigmatizantes. Tratar essa parcela da população como desqualificados – no âmbito profissional – ou como perigosos – para viverem nas proximidades – são ações advindas dessas representações, que buscam reproduzir a sociedade como aí está, ou seja, na qual as desigualdades são tidas como naturais, devido mais a culpa pessoal dos inseridos de forma precária, que a uma falta de interesse em se redistribuir os benefícios de forma equitativa.

Adolescentes vulnerabilizados

Em geral pensamos muito pouco nos adolescentes como agentes. Pensá-los como agentes implica considerá-los enquanto um segmento heterogêneo, temporal e espacial. *Heterogêneo* no que diz respeito a etnias, sexo, nacionalidade e grupos, entre outros; *temporal* no que se refere ao tempo da infância – no qual a adolescência é um período do humano com características próprias; e *espacial*, pois possuem caracteristicamente certo espaço na sociedade e a produção do espaço, por exemplo, é particularmente influenciada por esta fase.

Essa diversidade soma-se ao fato de que existem mais crianças empobrecidas que adultos, de acordo com Manuel Jacinto Sarmiento (informação verbal)³. Pesquisas referentes às precariedades que caracterizam a *underclass* nos Estados Unidos mostram que “esta classe aumentou significativamente dos anos setenta para os anos oitenta e tragicamente juvenilizou-se” (WILSON apud SANTOS, 1999, p.102). Desse modo, não é possível construir políticas públicas para adolescentes que não sejam políticas estruturais. Contudo, as políticas parcelares são importantes no decorrer de ações mais estruturais, devido ao nível de precariedade alcançado.

Não é recente a existência de adolescentes vulnerabilizados no Brasil, como em todas as etapas de vida de parte dos brasileiros. Contudo após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, essa parcela da população passa a se inserir no contexto de um novo paradigma, o qual procura superar a concepção de “Código de menores (1979) pelo qual crianças e adolescentes, principalmente das classes populares,

³ Palestra Proferida no dia 17/02/2005 pelo Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmiento do Instituto de Estudos da Criança da Universidade de Minho, Portugal, durante o Seminário *Culturas, Identidades e Saberes na Escola: Caminhos investigativos e Práticas Profissionais Docentes* na FCT/UNESP Presidente Prudente.

eram entendidos como menores carentes”. Eles agora “são caracterizados como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e sujeitos de direitos” (FURINI, 2004, p.2).

Ainda em Furini (2004, p.8) também encontramos referência à ocorrência de uma abstração burguesa de como é ou deve ser a criança, ou seja, um modelo de infância que supõe certa regularidade. A não adequação a esta *regularidade* conferiria ao Estado o *status* de guardião para *reeducá-la e reintegrá-la* ao convívio da sociedade. Deste modo, o Estado estaria autorizado a decidir, sobretudo em relação à criança empobrecida, sobre quais atividades implantar. Associar pobreza à marginalidade, por exemplo, pode ser uma das formas de se legitimar as ações do Estado frente aos modelos hegemônicos de comportamento. As representações sociais em relação aos adolescentes inseridos precariamente como trombadinhas, maconheiros, agressivos podem ser os meios de manutenção das ideologias contidas neste âmbito da hegemonia.

Nesse contexto, as opiniões oscilam entre *castigar e recuperar* o jovem e não faltam propostas como a que propõe a redução da idade penal no Brasil, “a redução da idade penal demonstra uma ótica vingativa da sociedade em relação à juventude” (TEIXEIRA, 2004, 101). Diríamos que propor aprisionar a infância, que não se moldou aos fluxos hegemônicos, é próprio de grupos que também fomentam a hegemonia.

Adolescentes e mercado de trabalho

No mundo todo o trabalho infantil ocorre em temporalidades e espacialidades diferentes, de acordo com a cultura local e a situação sócio econômica do país.

As redes de tráfico internacional incorporam a infância de diversas formas. Também os trabalhos domésticos e a prostituição são formas degradantes de trabalho infantil.

Entidades destinadas à profissionalização do adolescente multiplicam-se no Brasil. “A sociedade brasileira insiste em afirmar que a integração destas crianças e adolescentes vai se dar através de sua profissionalização e conseqüente inserção no mercado de trabalho [...] O trabalho, neste sentido, seria uma aplicação desejável em qualquer momento da vida para combater os males da pobreza” (FURINI, 2004, p. 13). O lúdico e o brincar seriam de difícil implantação nos programas devido a estas concepções. Mas a questão que fica é: por que tanto incentivo ao trabalho infanto-juvenil, com tanto desemprego ocorrendo no Brasil?

A morte da infância?

O fato de a infância ter sido instituída e estabelecer uma fase de ascendência característica culminou com a possibilidade de se considerar, pela idade física, o ser humano em uma fase *pré* (são pré-adolescentes, pré-adultos, como se a infância e a adolescência fossem um eterno esperar e não uma fase em si). Deste modo, comportamentos, roupas e sexualidade fazem parte de um contrato social específico de cada fase que, no caso da adolescência, no Brasil, parece ser ainda mais a presença do adulto na ausência da infância. Embora isso não signifique que não haja exceções.

Postman (1999) busca discutir em seu trabalho o desaparecimento da infância. Ele propõe a adultização da infância e infantilização do adulto. Sarmento (informação verbal)⁴ vai sugerir não o desaparecimento da infância e sim uma reinstituição da infância.

⁴ Idem

Parece-nos conveniente indagar sobre qual âmbito se poderia dizer que a infância não existe mais, se é que isso se dá. Podemos propor quatro âmbitos do social que nos fornecem algumas pistas sobre esta questão no Brasil.

O *âmbito cultural* é o de maior complexidade para formularmos proposições a respeito. São relevantes as formas de manifestações artísticas e de diversões na infância. Porém, onde se dá a gênese destas manifestações? Estaria ocorrendo uma massificação da cultura da infância pela cultura industrial ou a cultura da infância, repleta de espontaneidade, se manteria sendo transmitida no seio da própria infância por interlocutores infantis? Para Sarmiento, a caracterização de culturas da infância implica que a reprodução cultural se faz também de criança para criança. Ele destaca que não existem escolas para se aprender a jogar bolas de gude (informação verbal)⁵.

O *âmbito político* mostra que à infância resta certa nostalgia do ativismo ocorrido em décadas passadas quando o movimento estudantil confrontava diretamente as instituições. Atualmente no Brasil ocorre a participação de adolescentes em movimentos genéricos e pontuais – como os *caras pintadas*, pressionando pelo *impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Melo – fruto de forte influência da mídia. O quase desaparecimento do ativismo político de jovens pode significar que algumas construções simbólicas, como a que estabelece a figura do político brasileiro como corrupto, foram assimiladas também por jovens. Embora possam existir muitos políticos corruptos ocorre uma superexploração da atitude corrupta pela mídia. Neste caso, o ápice do ativismo seria ser inativo politicamente, como protesto?

O *âmbito espacial* remete-nos a indagar sobre como é hoje o lugar da infância. É em geral um lugar adultizado em objetos e normas de comportamento, onde as ações características da infância são cerceadas? Basta observarmos o modelo de escola pública no qual horário e local de estudo podem tolher a criatividade da infância. Ou seja, podemos indagar sobre como a infância é comprimida em uma estrutura massificadora, com tendência a certo antagonismo onde a espontaneidade esbarra nas *paredes* das regras de convivência, características do Estado moderno e sua formação socioespacial. Isso implica em reconhecer que os mediadores sociais transitam entre a espontaneidade e a ideologia.

No *âmbito econômico* podemos propor duas visões para identificarmos o que se mantém ou não da infância. Numa primeira visão destacamos a infância para a produção, na qual a exploração da infância anula esta fase da vida. Numa segunda visão tem-se a infância para o consumo, na qual um sem número de representações parece fixar e reforçar a infância como dimensão privilegiada, sendo que os desejos de consumo rivalizam com as condições sócio-econômicas. Parece-nos que, embora diversas formas de exploração ocorram atualmente, a tendência é de maior visualização da exploração, o que pode indicar tanto a reinstituição da infância quanto certa anulação. Os programas de proteção, baseados no discurso contra a exploração infantil, podem trazer consigo certa supressão do espaço de transmissão das culturas.

Estas pistas sugerem que, se a infância foi instituída no período da modernidade, sua possível destituição implicaria em se aceitar que estão ocorrendo mudanças profundas que podem abalar a própria modernidade enquanto período particularizado. Cabe-nos assim, partir das seguintes questões: como a instituição da infância colabora ou colaborou para a manutenção da hegemonia deste período? Qual o elo entre culturas da infância e instituição da infância? A partir destas indagações podemos adentrar ao debate.

Uma proposta metodológica

⁵ Idem

É sabido que no Brasil, como regra, a *família extensiva* deu lugar a *família nuclear* e que mais recentemente novas formas de associações configuram outro tipo de família que podemos chamar de *família segmentada*, nas quais, por exemplo, ocorre a vivência mães solteiras com filhos; avós com netos; entre outros. Isso implicou uma perda no que diz respeito à rede social espontânea de proteção. É notável que os laços sociais estabelecidos no âmbito desta rede são primordiais para o estabelecimento das condições básicas de vida em sociedade. Apreender os aspectos representacionais no estabelecimento destes laços pode possibilitar o entendimento de como as redes sociais não espontâneas podem colaborar efetivamente.

Neste sentido, torna-se relevante para nós buscarmos explicar as transformações das representações sociais por meio de comparações numa abordagem ligada à perspectiva de Abric (1994), além de entender as relações entre produção do espaço em meio a ações assistenciais para com parte do segmento infante-juvenil da população de Presidente Prudente – SP. Para tanto buscamos considerar parte do léxico utilizado por Speck (199?), o qual estabelece:

Matriz Social, como a totalidade dos contratos e contextos sociais do indivíduo;

Nexo, como as relações humanas relativamente duráveis que se traduzem em contato visual e tangível como as ocorridas no núcleo familiar, nas relações profissionais, entre amigos, vizinhos e comerciantes, altamente representados no espaço e no tempo. Trata-se de um contato primário, porém caminho para o contato secundário mais profundo;

Vínculo, enquanto laços mais repletos de afetividade;

Grupos, como relações humanas com vínculos mais ou menos estabelecidos, formalmente ou tradicionalmente;

Clã, enquanto interface entre o nexos e o grupo. Vínculo mais íntimo que nos grupos e menos que nas famílias. Oscilam facilmente entre o nexos e o grupo. (exemplo: uma reunião de professores de diferentes disciplinas);

Plexo, como sendo o indivíduo ou pequeno nexos que representa o centro focal (o núcleo) das relações de um grupo, de um clã ou de uma rede;

E *Rede*, que seria o vasto domínio das relações de um indivíduo ou de um plexo em sua representação espaço temporal. Trata-se de relações entre indivíduos, entre os quais alguns (plexos) são conhecidos por grande quantidade de membros da rede, outros não são mais que um nó entre membros.

Para Speck (199?), a terapia em rede é uma forma eficaz de tratamento na qual a pessoa que apresenta algum distúrbio é o eixo central de reuniões com a maioria de seus contatos, na qual o próprio grupo busca soluções participativas no contexto do lugar e do vivido.

Propomos nesta pesquisa a utilização de entrevistas no âmbito das representações sociais que busquem construir o campo representacional para com a pessoa eixo (no caso os adolescentes) e também a partir desta para com sua rede. Isso poderá nos possibilitar adequar à explicação das particularidades do vivido e do lugar desta pessoa, para posterior correlação com outras questões pertinentes à pesquisa. Contudo, desde já enfatizamos o caráter não estático da rede social, o que implica manter um enfoque sempre relacional.

Uma proposta de abordagem

Nossa proposta de pesquisar as redes sociais que contextualizam o adolescente vai ao encontro da idéia de Sarmento (informação verbal)⁶ de se “pensar a criança como

⁶ Idem

um todo”. Esta visão integrada pode proporcionar novos elementos para se analisar as ações direcionadas a este segmento da população.

A articulação em rede pode ser elemento de superação do antagonismo entre programa governamental e programas particulares, na qual a burocracia e a centralização governamental têm paralelo com os interesses pontuais das Organizações Não Governamentais ONG’s. Contudo, a articulação em rede não se faz por decreto e sim por participação popular descentralizada.

A idéia seria discutir a possibilidade de aplicação prática de se mesclar a estabilidade da setorização de muitos tipos de atendimento, com a dinâmica característica das redes, formando um sistema integrado bastante adaptativo ao fluxo dos novos problemas que surgem a cada momento, sem ser necessário criarem novos tipos de atendimento.

Deste modo, as relações sócioespaciais dos adolescentes tornam-se centrais nesta pesquisa para podermos responder: de quais vínculos os adolescentes e sua rede fazem parte? Como os projetos e entidades constroem o conceito de infância na cidade? Quais as representações oriundas das redes e dos adolescentes? Quais as particularidades da produção do espaço geográfico no âmbito destas relações? O que impede e o que impele a formação de redes integradas horizontais para a proteção da criança e adolescente? Como essa rede deveria funcionar para que esse atendimento não se caracterizasse como outro atendimento parcial?

Considerações finais

A dinâmica das redes sociais sugere inclusão e integração de pessoas, equipamentos e instituições. Enquanto enfoque do espaço geográfico, isto ocorre num conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, que “permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente” (SANTOS, 2002, p.100). Cada rede é particularmente influenciada e influencia este espaço. Além disso, os vetores hegemônicos, juntamente com os vetores espontâneos ora coagem ora estimulam a dinâmica das redes. Logo é possível identificar eventos e períodos que revelem o nível de integração das redes sociais.

O social é o infindável atrito entre o instituído e o voluntário. Contudo os processos ideológicos subvertem os sentidos e estabelecem procedimentos de manutenção da hegemonia como se estes fossem espontâneos, como ocorre em grande parte com a lógica do *terceiro setor*. Este sendo a forma pela qual a sociedade civil vem “sendo estrategicamente apresentada como a esfera mais apropriada para substituir o Estado em *crise* e completamente *satanizado* pelos conservadores” (ALMEIDA, 2004, p.102).

Essas manipulações são para nós centrais na pesquisa quando tratamos da temática relativa ao processo de descentralização e participação, propostos pelo novo paradigma da gestão na assistência social.

Conhecer e apresentar as manipulações dessas lógicas e de outras implícitas no espaço geográfico, que não só mantém e mascaram, mas também viabilizam a face perversa da hegemonia, torna-se um desafio. Mais ainda quando essas lógicas estão de tal modo assimiladas que tomam o lugar do sujeito. Estes estariam situados entre duas percepções: *não sabem o que fazem* ou *sabem muito bem o que fazem, mas mesmo assim o fazem*. Tal situação confere novos aportes ao debate se considerarmos que “a ideologia não é simplesmente uma *falsa consciência*, uma representação ilusória da realidade; antes é essa mesma realidade que já deve ser concebida como *ideológica*” (ZIZEK, 1996, p. 305).

Este autor destaca que todo universal ideológico – liberdade, igualdade, troca equivalente e eqüitativa – é falso.

O discurso liberal, por exemplo, implica uma realidade em que se é livre para participar do mercado mediador, onde explorador e explorado são equiparados como equivalentes. Aqui a manipulação se assenta na lógica capitalista do equivalente na abstração da troca. Deste modo, “o importante, na fala, no discurso, não é um poder inerente à linguagem em si, mas o tipo de autoridade ou legitimidade em que se escora” (BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p.265). Tal como a linguagem, o espaço geográfico é constituído de uma grafia que as redes sociais também ajudam a formar e legitimar.

O exame da constituição e fragmentação das redes sociais é um aprofundamento necessário na discussão sobre a sociedade brasileira. Não pensamos que isso venha a colaborar com a formação da cidadania ou da democracia, que para nós são partes de um metadiscurso ideológico devido à banalização ocorrida. Pensamos sim que, ao evidenciar os aspectos propostos, podemos contribuir justamente para se destituir as escoras das formas exploração que se assentam neste tipo de discurso.

Bibliografia

ABRIC, J. C. (Org.). **Pratiques Sociales et Representations**. Paris: PUF. 1994.

ALMEIDA, Érica T. V. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. In: **Rev. Serviço Social**. Ano XXV, nr.80, nov. São Paulo: Cortez, 2004.

BLANES, D. N.; GUARÁ, I. M. R.; CARVALHO, M. C. B. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. 2.ed. revisada e ampliada. São Paulo: IEE/PUC.SP, 1995. (série Programas e Serviços de Assistência Social).

BOURDIEU P.; EAGLETON T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.265-278.

BRASIL. PNAS. Política Nacional de Assistência Social. Brasília MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2004.

FURINI, Dóris Regina Marroni. Teoria da pobreza ou pobreza da teoria: reflexões acerca da situação dos adolescentes com vivência de rua em Florianópolis SC. UFSC/ Florianópolis. 1998. Disponível em <www.anped.org.br/24/T0649851528897.doc>, acesso em [27/07/2004].

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SANTOS, Boaventura, de Souza. A emergência do fascismo societal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria C. (Orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.83-129.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos 1).

SPECK, Ross V. La intervención de rede social: las terapias de red, teoria y desarrollo. In: ELKAÏM, Mony. et al **Las prácticas de la terapia de red**. Barcelona: Gedisa, [199?].

TEIXEIRA, Maria L. T. O futuro do Brasil não merece cadeia. In: **Rev. Serviço Social**. Ano XXV, nr.77, mar. São Paulo: Cortez, 2004.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx Inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.